

# Avança a discussão sobre as dívidas

De Washington

O Comitê Financeiro e Monetário Internacional, principal instância decisória do Fundo Monetário Internacional (FMI), decidiu avançar as discussões sobre a criação de um mecanismo que permita aos países entrarem em concordata para reestruturar a sua dívida. O IMFC, sigla em inglês do comitê, anunciou que a área técnica do Fundo definirá uma proposta para ser votada na próxima reunião da instituição, em abril ou maior de 2003.

A decisão é uma vitória da vice-diretora do FMI, Anne Krueger, que vem propondo a criação desses mecanismos, cuja sigla é SDRM, desde a reunião anual do ano passado. Paralelamente a essa discussão, os países ricos (G-7), liderados pelos Estados Unidos, decidiram acelerar a inclusão das chamadas cláusulas de ação coletiva (CACs) nos futuros contratos de emissão de títulos.

Essas cláusulas também têm sido chamadas de "cláusulas do calote". Contrários tanto à idéia do SDRM, os bancos privados internacionais estão apoiando a proposta de inclusão das CACs. Vinte desses bancos participaram de discussão sobre o tema durante reunião promovida pelo Tesouro americano na quinta-feira passada.

Os governos de seis países em desenvolvimento — Brasil, México, China, África do Sul, Coreia do Sul e Rússia — participaram da discussão e deram o seu aval para que o assunto continue sendo discutido. O Brasil sempre foi contra a proposta de SDRM por acreditar que ela pode aumentar os custos de financiamento das economias emergentes.

"Nossa posição com relação às cláusulas tem sido positiva. Acreditamos que isso é uma área que merece uma abordagem evolucionária, não uma abordagem revolucionária. Não acho que tudo seja perfeito; acho que os mercados mudam com o tempo e mudamos a maneira como negócios são feitos", afirmou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ressaltando que o país não aceita incluir as CACs nos contratos já existentes.

Ficou acertado, na reunião do G-7 ocorrida na sexta-feira, que três países — Itália, México e Coreia do Sul — serão os primeiros a adotarem cláusulas de ação coletiva em suas próximas emissões de títulos.. (C.R.)